

SUMÁRIO

Capítulo I

INTRODUÇÃO.....	21
1.1. Origem do Instituto.....	21
1.2. Conceito e Definição.....	26
1.3. Fundamentos da Prescrição Civil.....	32
1.4. Prescrição, Preclusão e Decadência.....	41

Capítulo II

A PRESCRIÇÃO CIVIL NO DIREITO COMPARADO	49
2.1. Direito Português	50
2.2. Direito Francês.....	50
2.3. Direito Italiano	51
2.4. Direito Alemão	53
2.5. Direito Norte-Americano.....	54
2.6. Direito Inglês	55

Capítulo III

A PRESCRIÇÃO NO ORDENAMENTO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO E O SEU REGIME DIRETAMENTE CONSTITUCIONAL...	57
3.1. O § 5º do art. 37 da Constituição da República como Norma Qualificadora da Prescrição. Direito Material e Público Subjetivo do	

Administrado. As Leis Infraconstitucionais que Regem o Instituto da Prescrição Civil.....	57
3.2. O Projeto de Reforma do Código Civil (PL nº 4/2025) e as Principais Propostas Relativas ao Instituto da Prescrição	72

Capítulo IV

O PROCESSO E O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR INSTAURADO PERANTE A COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM..... 81

4.1. A Interdependência Lógico-Exegética Entre a Lei nº 9.873/99 e as Leis nº 6.385/76 e 13.506/2017, Bem Como Entre Elas e as Normas Internas que Regulam os Processos Administrativos Sancionadores Instaurados na Ambiência da CVM	81
4.2. A Lei nº 6.385/76 e as Resoluções CVM nº 45/2021 e 62/2022. A Relação Hierárquica Existente e seus Efeitos	82
4.3. A Competência Fiscalizatória da CVM e o Âmbito de Atuação da sua Atividade Sancionadora.....	83
4.4. As Infrações ou Delitos Administrativos Financeiros Sujeitos à Atuação Sancionadora da CVM. Dicotomia Entre as Infrações Graves e Leves	84
4.5. As Penalidades Resultantes da Atividade Sancionadora da CVM.....	86
4.6. A Resolução CVM nº 45/2021. O Processo e o Procedimento da Atuação Sancionadora da CVM.....	87
4.6.1.A fase pré-sancionadora (investigação e inquérito administrativo) e a fase sancionadora. Dicotomia.....	87
4.6.2.O prazo de conclusão da investigação e do inquérito administrativo.....	88
4.6.3. Arquivamento do inquérito ou lavratura do termo de acusação.....	89
4.6.4.A manifestação prévia do investigado. Direito material e público subjetivo do investigado. Requisito essencial do termo de acusação. A atuação obrigatória da Procuradoria Federal Especializada	89
4.6.5.A citação do acusado para apresentar defesa. Momento de instauração do processo administrativo sancionador e término da fase pré-sancionadora ou da apuração e investigação dos fatos infracionais	92
4.6.6.A suspensão do processo administrativo sancionador na hipótese de celebração de termo de compromisso. Da natureza jurídica do termo de compromisso e seu modo de celebração.	

Acordo de Supervisão. Natureza jurídica e efeitos produzidos no curso do processo	93
4.6.7. Do recurso a ser interposto contra a decisão final do colegiado da CVM e seus efeitos: suspensivo e devolutivo	100
4.6.8. Dos princípios constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis ao procedimento administrativo sancionador instaurado na ambiência da CVM.....	103

Capítulo V

COMENTÁRIOS À LEI Nº 9.873/99 E A APLICAÇÃO DA PRESCRIÇÃO ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DA ATUAÇÃO SANCIONADORA DA CVM..... 107

5.1. Prescrição Administrativa: Comum ou Ordinária, Intercorrente e Executória. Natureza Jurídica e Prazos Prescricionais. Contagem.....	107
5.2. O § 2º do Art. 1º da Lei nº 9.873/99 e a Aplicação dos Prazos Prescricionais Previstos na Lei Penal à Pretensão Punitiva da CVM. Hipóteses de Incidência e Requisitos	116
5.3. A Interrupção dos Prazos Prescricionais da Pretensão Punitiva da CVM e Seus Atos Interruptivos. Natureza Jurídica. Âmbito de Incidência e Cronologia	135
5.4. A Interrupção do Prazo Prescricional da Pretensão Executória da CVM e seus Atos Interruptivos. Natureza Jurídica. Âmbito de Incidência. A Prescrição Intercorrente da Ação Executória. Prazo Prescricional	166
5.5. O Caráter Personalíssimo dos Atos Processuais Interruptivos da Prescrição e a Autonomia do Lapso Prescricional em Relação aos Demais Acusados ou Litisconsortes que não Assinaram Acordo de Supervisão	180
5.6. A Autonomia da Contagem do Prazo Prescricional em Relação aos Acusados que Propuseram ou Celebraram Termos de Compromisso e Aqueles que Não os Propuseram	184

Capítulo VI

A PRESCRIÇÃO ADMINISTRATIVA NO TEMPO E NO ESPAÇO..... 187

6.1. Ato-Fato Jurídico	187
6.2. Fato Consumado, Ato Jurídico Perfeito e Direito Adquirido	188
6.3. Irretroatividade da Lei	192

Capítulo VII

O CONTROLE DE LEGALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO PUNITIVO OU SANCIONADOR PRATICADO PELA CVM 197

- 7.1. *Marbury Versus Madison. Dr. Bonham's Case.* O Poder Judiciário e o Poder-Dever Constitucional de Exercer o Controle da Legalidade do Ato Administrativo Sancionador 197
 - 7.1.1. Ato administrativo sancionador ou punitivo. Natureza jurídica. Discricionariedade inexistente. Legalidade estrita 204
 - 7.1.2. A identidade ontológica entre o direito administrativo sancionador e o direito penal e processual penal. Exegese correta 214
 - 7.1.3. A violação da lei, das normas supraleais e da Constituição no processo administrativo sancionador. Efeitos..... 218
 - 7.1.4. O princípio da dignidade da pessoa humana 225
 - 7.1.5. Os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa..... 227
 - 7.1.6. Do princípio do juiz natural 238
 - 7.1.7. Do princípio da proporcionalidade 241
 - 7.1.8. Do princípio da razoável duração do processo..... 243
 - 7.1.9. O princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade e o da pessoalidade ou da intranscendência subjetiva da pena..... 243
 - 7.1.10. Os princípios da legalidade estrita e da anterioridade penal... 248
 - 7.1.11. O princípio do *non bis in idem* 252
 - 7.1.12. Vedação à prova ilícita: quebra de sigilo bancário sem autorização judicial por gerente ou superintendente da CVM na fase investigativa ou pré-sancionadora..... 253
- 7.2. O Pacto de San José da Costa Rica e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos 267
- 7.3. O Controle da Legalidade do Ato Administrativo Sancionador ao Amparo da Teoria dos Motivos Determinantes: Desmistificando a vedação da análise do mérito administrativo pelo Poder Judiciário... 274
- 7.4. Da Revisão Administrativa no Âmbito da CVM e do CRSFN 280

CAPÍTULO VIII

CONCLUSÃO 285

BIBLIOGRAFIA 289

CAPÍTULO IX

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA 297